

**AÇÃO MUSEOLÓGICA E ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM:  
A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE SAMBAQUIS E SÍTIOS CONCHÍFEROS NA PRESERVAÇÃO E  
DIVULGAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE, SÃO PAULO**

***MUSEOLOGICAL ACTION AND LANDSCAPE ARCHEOLOGY: THE STUDIES CONTRIBUTION ON SAMBAQUIS AND  
CONCHIFFER SITES IN THE PRESERVATION AND DISSEMINATION OF CULTURAL LANDSCAPE  
OF THE IGUAPE RIBEIRA VALLEY, SÃO PAULO***

*Charles Bonetti<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo se propõe a refletir sobre como os diferentes tipos de intervenções museológicas e as pesquisas arqueológicas sobre os grupos coletores-pescadores podem contribuir na preservação da paisagem cultural do Vale do Ribeira. Ademais, busca demonstrar a importância da localização e do mapeamento dos sítios arqueológicos e finalmente, enfatiza diálogo necessário entre os diferentes agentes envolvidos na preservação da paisagem cultural do Vale do Ribeira.

**Palavras-chave:** Ação Museológica; Arqueologia da Paisagem; Paisagem Cultural; Sambaquis; Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo.

**Abstract:** This article aims to reflect on how different types of museological interventions and archaeological research on collector-fisher groups can contribute to the preservation of the cultural landscape of the Vale do Ribeira. Furthermore, it

attempts to demonstrate the importance of the location and mapping of archaeological sites and finally, it emphasizes the necessary dialogue between the different agents involved in preserving the cultural landscape of the Vale do Ribeira.

**Keywords:** Archaeology of the Landscape; Cultural Landscape; Museological Action; Ribeira de Iguape Valley, São Paulo; Sambaquis.

**1. AÇÃO MUSEOLÓGICA E PAISAGEM CULTURAL  
DO VALE DO RIBEIRA**

Pensar a contemporaneidade de uma nação como dissociada de seu passado é negar a seu povo a possibilidade de compreensão de seu processo histórico, é cortar os vínculos com seus ancestrais e não entender o tempo em que se vive. As dificuldades de preservação dos *bens culturais* no Brasil refletem, muitas vezes, o desconhecimento da

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Museólogo (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - (FESPSP), Historiador (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP) e Docente da Universidade São Judas Tadeu (USJT) São Paulo.

importância do patrimônio cultural para a promoção da cidadania e da liberdade para o cidadão, principalmente quando não há a participação da comunidade local não ao longo do processo, resultando em uma política de preservação patrimonial ineficiente, causando assim danos irreversíveis ao legado cultural em si e a sociedade como um todo.

O desafio da preservação do *patrimônio cultural* está associado não apenas à deterioração natural decorrente da ação inexorável do tempo, mas principalmente pelo agravamento das condições econômicas e sociais das comunidades locais, o que tem adensado sobremaneira as ameaças de danos ao patrimônio cultural. Para reverter esse quadro são necessárias políticas de conservação e preservação nas quais o *museu* possui importância central ao desempenhar o papel de intermediação entre o *público*, *comunidade local*, *Estado* e *patrimônio cultural*, ajudando a preservar a “paisagem cultural”<sup>2</sup> entendida “(...) como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (SCIFONI, S., 2016 :1).

A discussão sobre a preservação *patrimonial cultural* necessariamente deve inserir-se em um amplo debate entre os atores acima citados, mas que também envolve, antes até da própria preservação dos *bens culturais* em si, a questão *ética*. A ética contemporânea pressupõe uma relação dinâmica e consciente entre indivíduo, meio-ambiente e sociedade, na qual as ações individuais, da comunidade e do Estado devem estar pautadas nos conceitos de *sustentabilidade*, *responsabilidade social* e *qualidade de vida*, princípios universais que estão na ordem do dia de todas as atitudes que desejam salvaguardar o legado cultural e *recuperar os danos* causados por décadas de um modelo de desenvolvimento não-sustentável.

Entendemos que uma abordagem *sistêmica* de todos os agentes envolvidos no processo de preservação da *paisagem cultural*, pode auxiliar nesse imenso desafio. Não basta ter consciência de que a alteração de qualquer elo que compõe a corrente modifica por completo o sistema como um todo, mas saber que a influência dos atores sociais entre si, na maior parte das vezes profundamente díspares, (*Estado*, *comunidade local*, *turismo*, *público*, *economia*, *museus*...), agem de formas distintas, alterando assim a dinâmica de toda a cadeia em diferentes maneiras e intensidades. Essa abordagem *holística* pode ajudar nessa articulação e

<sup>2</sup> “No que diz respeito às propostas institucionais para a proteção das paisagens culturais, é no interior da Unesco, em 1992, que a paisagem cultural é criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. Alguns anos depois, em 1995, o Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Já no Brasil, ela foi incorporada como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria no. 127 de 2009, do IPHAN, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de *chancela*. Estas são três experiências que revelam alguns pontos de convergência em relação ao tema, mas também, diferenças significativas na forma de conceber a proteção” (SCIFONI, S., 2016 :1).

instrumentalizar uma *ação museológica* sobre um ecossistema *sócio-cultural-ambiental* tão rico e delicado que é a *paisagem cultural* do vale do rio Ribeira de Iguape, “(...) *uma paisagem singular que reúne a um mesmo tempo e, de maneira articulada, várias dimensões do chamado patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações culturais imateriais e sítios arqueológicos*” (NASCIMENTO, F. e SCIFONI, S., 2010:33).

O princípio norteador dessa *ação museológica* assenta-se na consciência de que toda a *ação sócio-cultural* sobre o vale se insere nesse contexto sistêmico acima citado que deve orientar o *fazer museal* em sua compreensão e aplicação. Para nós, ele é interpretado como mais um *ator* nesse imenso *teatro das relações sociais* pretéritas e atuais do vale do Ribeira e da sociedade como um todo, porém, seu diferencial reside não apenas em relação à *prática museal* em si, mas em seu papel de *articulador* dos componentes desse sistema dinâmico e multifacetado, função esta que envolve e transcende a *paisagem cultural* de todo o vale do Ribeira em diferentes níveis sócio-culturais e temporais.

Crer que o simples *tombamento* de um *bem cultural* qualquer é suficiente para sua preservação, é ignorar que a *conservação patrimonial* é também parte do *desenvolvimento sustentável* em todas suas ramificações, *econômica, social, cultural, política e ambiental*. Como indicado no item (d) do Artigo 1º das Disposições Gerais (capítulo I) da Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000): a “Protecção da paisagem”: “*designa as acções de*

*conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana*” (op. cit. p.2) e o item (e) do mesmo documento que versa sobre a “Gestão da paisagem” e “*designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais*” (idem, p.2).

O *fazer museal* pode contribuir nessa articulação, pois caracteriza-se essencialmente pela busca da compreensão da relação específica entre o *homem* (sujeito cognoscente, *realidade observada* e o *objeto museal*, em todos os contextos nos quais esta relação se manifesta e se manifestou concretamente como alerta GREGOROVÁ (apud GUARNIERI, 1989:10), envolvendo e associando as práticas de todos os atores sociais dessa complexa e diferenciada cadeia de acontecimentos e realidades tão distintas que atuam ou atuaram no vale do Ribeira, encadeando um conjunto de *bens culturais* capaz de refletir a identidade cultural comunitária, desde a população ribeirinha atual, passando pelas comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e urbanas, reforçando seus traços culturais identitários através de seu patrimônio religioso, arquitetônico, ambiental, histórico, arqueológico e urbano contemporâneo.

O único “acervo” capaz de abarcar tamanha diversidade e temporalidade e de instrumentalizar uma

efetiva *ação museológica patrimonial* no vale do Ribeira, é o fio condutor que esteve presente e ainda está no modo de vida de todos aqueles que possuem alguma relação com esse ecossistema, mesmo esporádica como o turista, o próprio *Rio Ribeira de Iguape*<sup>3</sup>. Seu tombamento como *patrimônio cultural* é a chave para a criação de uma efetiva política de preservação e promoção do desenvolvimento sustentável para toda a região.

“A paisagem cultural do Vale do Ribeira representa, assim, a íntima relação estabelecida entre os vários grupos sociais ali presentes com a natureza, relação que explica como se deu a produção dos objetos materiais e da vida imaterial. O fio condutor para a compreensão das relações entre comunidades e natureza é o próprio Rio Ribeira do Iguape por seu importante papel na construção da identidade e da história regional: vincula-se à trajetória da ocupação do território paulista, tendo servido de elemento aglutinador das

idades, eixo de ligação entre o litoral e o planalto, principal via de comunicação e fonte de recursos para a economia regional. “ (NASCIMENTO, F. e SCIFONI, S., 2010:34-35).

Entendemos que as “*Casas do Patrimônio*”<sup>4</sup>, (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), notadamente a “*Casa do Patrimônio de Iguape*”, em parceria com a prefeitura de Iguape, a primeira delas, inaugurada em 02 de julho de 2009 no Centro Histórico de Iguape, São Paulo, com o intuito de, através da educação patrimonial e outras práticas de capacitação junto à comunidade, estreitar as relações do IPHAN com a sociedade, indo de encontro à preservação dessa *paisagem cultural*, podendo desempenhar o papel de grande orquestrador desses *atores sociais* tão diversos, porém com interesses comuns, mesmo que não explícitos, mas que podem convergir para a *sustentabilidade e qualidade de*

<sup>3</sup> A garantia de preservação do rico acervo patrimonial que ladeia o Rio Ribeira de Iguape, histórico, cultural, arquitetônico, intangível e ambiental reside na inserção da comunidade local, ribeirinhos, caiçaras, agricultores, comerciantes, quilombolas e do turismo em torno da preservação do rio Ribeira de Iguape. Sua proteção é a chave para a conservação desse rico patrimônio cultural, comprovada através de inúmeras pesquisas científicas de diversas áreas do conhecimento desenvolvidas na região, cujo *patrimônio cultural e ambiental* sofre constantemente ameaças em sua integridade como as recorrentes tentativas de construção de uma usina hidroelétrica no rio Ribeira. Como foi dito acima, não há preservação sem a inserção da comunidade local em todos os níveis que envolvem a ação patrimonial. Uma das ações mais rentáveis e que obrigatoriamente envolve o *patrimônio cultural e ambiental* é a do *turismo sustentável* em todas as suas categorias: ecoturismo, turismo cultural, religioso e patrimonial.

<sup>4</sup> “As Casas do Patrimônio constituem-se de um projeto pedagógico, com ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Fundamentam-se, ainda, na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais.

Um dos seus objetivos é interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural. Não restritas à instalação de uma estrutura física, as Casas do Patrimônio têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada de ações educativas e de construção das políticas públicas de patrimônio cultural.

Esse é o primeiro passo para transformar as sedes do Iphan e instituições parceiras em pólos de referência sobre o patrimônio cultural, fomentando a criação de novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educacionais formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas não formais, coletivos, grupos e demais segmentos sociais e econômicos” (Casas do Patrimônio: IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502> .Acesso (20/07/2020).

*vida*<sup>5</sup>, cumprindo assim o papel de proporcionar uma *experiência museal*, isto é, da relação profunda entre *sujeito e meio-ambiente* em um cenário institucionalizado, a *casa das musas*, o museu.

Esse papel foi, de certa forma, também desempenhado pelo Museu Municipal Histórico e Arqueológico de Iguape, que por uma revitalização no início da década de 90 promovida pela Universidade de São Paulo sob coordenação da arqueóloga Ma. Cristina Mineiro Scatamacchia que, além das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no *baixo vale do Ribeira*, procurou construir no museu um centro produtor e divulgador do passado histórico e arqueológico da região, contribuindo para a promoção e preservação da *identidade da cultura* local. Naquele momento, o Museu de Iguape, estabelecido na primeira *Casa de Fundação do Brasil* localizado no centro histórico do município de Iguape – São Paulo, visava articular as diversas esferas culturais da região, agindo assim como um centro irradiador da *preservação patrimonial* com ênfase na arqueologia, colocando em prática o conceito de “*ambiência*”, definido no documento “Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea” redigida na 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 26 de novembro de 1976 (Carta de Nairobi

1976) como a “*junção dos conjuntos históricos ou tradicionais, com o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais*” (op. cit. p.1). Essa *ambiência cultural* do Vale do Ribeira, evidentemente, possui como esteio principal o Rio Ribeira de Iguape.

Uma das ideias norteadoras na ocasião era a de que o Museu de Iguape abrigava um dos *locus ocupacionais* de destaque no processo histórico de implantação do homem no Vale do Ribeira, e que exercia um papel de *agente cultural transformador*, capaz de estimular na comunidade o trabalho de sistematização de sua própria produção cultural, através de mecanismos internos de reafirmação identitária, numa dinâmica sócio-cultural que garantisse a consolidação desse espaço de divulgação da cultura e realidade de todo vale. Contava à época, além da exposição de longa duração acerca da História e Arqueologia local, com a *musealização* de um sítio arqueológico *conchífero*, um *museu de sítio* em Iguape, e aberto à visitação (SCATAMACCHIA, M. C. M., CERAVOLO, S., e DEMARTINI, C., M., C., 1992). O *Sítio conchífero sob abrigo Caverna do Ódio* com aproximadamente 20 metros quadrados na parte interna e 30 metros quadrados na parte externa, localizado ao lado da ponte que liga Iguape ao município de Ilha Comprida.

<sup>5</sup> “A ideia é que a Casa do Patrimônio estimule debates e pesquisas, além da formação na área de patrimônio. Para isso, ela contará com uma biblioteca especializada, com títulos que dificilmente são encontrados em bibliotecas locais. Além disso, terá em seu acervo obras de literatura infanto-juvenil que de alguma forma estimulam o olhar para o patrimônio. Livros sobre paisagem cultural, sítios arqueológicos, instrumentos jurídicos também poderão ser encontrados no local” (Uma casa para preservar o patrimônio do Vale do Ribeira - IPHAN < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2458>>. Acesso 20/07/2020).

Provavelmente toda a área interna do abrigo e aproximadamente 4m do lado externo sofreram um aterramento. O sítio arqueológico foi parcialmente escavado na época e datado pelo laboratório GLIWICE, POLAND, através de um termo de cooperação com o CENA (Centre de Energia Nuclear para a Agricultura da Universidade de São Paulo), obtendo as seguintes datações:

- 1940 +/- 60 anos AP<sup>6</sup> para a superfície.
- 1500 +/- 110 anos AP a -20cm
- 1380 +/- 100 anos a -30cm.
- 1380 +/- 90 anos a -60cm.
- 1200 +/- 60 anos a -30cm

(BONETTI, C., 1997, 2004).

Essa *ação museal* específica de abertura à exposição de um sítio arqueológico *conchífero*, procurou cumprir os princípios apontados acima de contribuição na *preservação e divulgação* da importância do *patrimônio arqueológico* da região, cooperando para a salvaguarda da *paisagem cultural* do Vale do Ribeira. Todavia, devido a mudanças na política de gestão do patrimônio cultural local, este museu de sítio foi desfeito e não está mais aberto à visitação. O local do sítio arqueológico não está mais cercado, estando o pequeno abrigo rochoso exposto de maneira muito parecida como era antes das pesquisas arqueológicas referidas acima serem iniciadas na região<sup>7</sup>. Entendemos que esforços dessa natureza

contribuem para a proteção e divulgação do *patrimônio cultural* do Vale do Ribeira, ajudando na conservação e dinamização da *paisagem cultural*. A seguir faremos uma breve análise da colaboração da *arqueologia da paisagem* nesse mesmo sentido.

## 2. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM OU A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE SAMBAQUIS E SÍTIOS CONCHÍFEROS NA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE

Desde seu início, a relação entre ser humano e meio-ambiente tem sido sempre fecunda e materializou-se em, rejeitos, derrubadas de mata, abertura de caminhos, ossos, sepultamentos, artefatos, construções, santuários, tradições, manifestações artísticas, festividades. A passagem de grupos humanos em qualquer habitat cria registros *materialmente e intangivelmente* inscritos na paisagem. O Vale do Ribeira possui uma longa história dessas interações, iniciada com o estabelecimento dos primeiros grupos humanos na região há mais de 7.000 anos AP, quando se deu o início da produção dos restos matérias, oriundos de um longo processo de construção de *modos-de-vida*, com visões de mundo, tradições e vivências distintas, fragmentos esses que compõem o vasto *patrimônio cultural material e intangível* da região.

<sup>6</sup> Antes do Presente.

<sup>7</sup> Visita realizada ao sítio arqueológico no dia 10/02/2019 para filmagens do documentário “*Sambaquis de Pindorama*” de Mariângela Jacomini em fase de finalização.

O comum entre os distintos tipos de *patrimônio cultural material* e diferentes manifestações *imateriais* do Vale do Ribeira em todas as épocas, das pretéritas à contemporânea, é a presença do rio Ribeira que, direta ou indiretamente, fez e faz parte do cotidiano dessas sociedades.

Contando com quase todos os tipos de sítios arqueológicos brasileiros, o Vale do Ribeira possui um número alto de sítios arqueológicos caracterizados por restos materiais das ocupações dos *grupos de coletores-pesadores*, os primeiros habitantes do litoral sul paulista, também chamados de “*contrutores de sambaquis*”<sup>8</sup>. Porém existem sítios arqueológicos caracterizados pelo acúmulo de conchas que não possuem a morfologia clássica *colinar* e de *base oval*, sendo chamados de *sítios conchíferos*. Temos como exemplo o *Sítio conchífero sob abrigo Caverna do Ódio* supracitado. Existem ainda os *sambaquis fluviais* que são encontrados na região.

Esse rico *patrimônio arqueológico* possui igualmente registros de sítios arqueológicos líticos, construídos por *grupos de caçadores – coletores*, da mesma forma os *sítios cerâmicos* compostos principalmente pelos restos materiais dos primeiros grupos de horticultores que chegaram à região, além dos *sítios cerâmicos de contato*, cujo *traço material* foi oriundo após o encontro com os conquistadores europeus, materializada na chamada

“*cerâmica de contato*”. Existem ainda espalhados pela região muitos *sítios históricos* como engenhos, fortificações, igrejas e casarios, e *sítios arqueológicos submersos*. Mais recentemente, o processo histórico de estabelecimento das ocupações humanas é expresso na gênese das primeiras vilas, quilombos, centros-históricos das cidades, bairros, periferias, áreas de agricultura familiar e extensiva, comunidades indígenas e caiçaras que não fazem parte, diretamente, do objeto desse artigo, mas possuem em comum o mesmo meio-ambiente e o Rio Ribeira, que corre de *maneira atemporal*, como grande interlocutor e ponto de intersecção entre esses *horizontes culturais* sobrepostos e entrecruzados em *materialidade* e em *intangibilidade*.

Em relação aos *grupos de coletores-pescadores*, além do Rio Ribeira e de todo o sistema estuarino-lagunar do *baixo-vale*, o agente natural que mais influenciou o comportamento dos grupos humanos que se estabeleceram na região, foi o mar e suas flutuações eustáticas, cuja magnitude, principalmente nos últimos 10 mil anos influenciou sobremaneira o comportamento desses grupos humanos. Para a região inserida entre Iguape e Cananéia, felizmente, essas curvas de variação do nível pretérito do mar são bastante conhecidas (MARTIN, L., SUGUIO, K. & FLEXOR, J. M., 1984), o que fornece dados importantes para o entendimento da dinâmica da região e suas consequências para seus

<sup>8</sup> Morfologicamente, tais sítios arqueológicos são caracterizados por morros, geralmente colinares e de base oval, alguns chegando em torno e 30m em Santa Catarina e são constituídos por acúmulo de conchas, restos malacológicos em geral, crustáceos, ossos de peixes e outros vertebrados. Algumas dessas ocupações humanas possuem também sepultamentos humanos, restos de fogueira e artefatos líticos e ósseos. Cronologicamente situam-se entre 7.000 e 1.000 anos AP aproximadamente.

primeiros habitantes. Compreender o comportamento do *paleo-ambiente* no início da formação da *paisagem arqueológica* é fundamental, pois pode elucidar um dos fatores que mais influenciaram na percepção de um *padrão de assentamento* dos sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis*, ajudando a revelar as rotas migratórias dos primeiros grupos de *coletores-pescadores* que se estabeleceram no baixo-vale. A compreensão da dinâmica das variações do nível pretérito do mar evidencia as áreas emersas da faixa-litorânea e das margens do rio à época e desnuda os prováveis locais de *estabelecimento* dos sítios arqueológicos. Tal metodologia mostrou-se de grande valia para a localização e a descoberta dos sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis* da região.

Entendemos que o conceito de *paisagem arqueológica* envolve o comportamento de múltiplos atores sócio-culturais e do meio-ambiente, desde o início do processo de ocupação, imbricados em diferentes níveis de relações entre si, com o *ecossistema*, com o *outro*, diferentes *modos-de-vida*, visões de mundo, crenças e em diferentes momentos ao longo do tempo. Tal complexidade de variáveis pode ser organizada objetivando a percepção de uma *macrovisão* de toda a área de pesquisa e da magnitude temporal envolvida. Através de uma abordagem *sistêmica* e *holística*

acerca do tema, podemos vislumbrar esses distintos *níveis* de relações entre os múltiplos *entes*<sup>9</sup> da *paisagem arqueológica*:

“Portanto, a *paisagem* que se inserem os diferentes assentamentos arqueológicos (ou *paisagem arqueológica*) é vista aqui como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta, mas que há uma relação intrínseca com a dinâmica cultural, compreendida com o uma construção social, fundamentada pelos processos que atuam em uma sociedade (...). Nesta ótica, as investigações arqueológicas devem transcender os espaços demarcados como assentamentos, para atender espaços territoriais amplos, ou seja, a *paisagem arqueológica*, percebida e compreendida pela sociedade que a ocupou cujas características são os resultados de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações, no que Felipe Criado Boado caracterizou como *conceito culturalista* de paisagem”. (CRIADO BOADO, 1991) (FAGUNDES, M., 2009: 5).

Nesse sentido, a reconstituição *paleo-ambiental* possibilita vislumbrar o *palco* onde ocorreram as atividades humanas, colaborando para o entendimento da *dinâmica* entre as áreas de captação de recursos, os assentamentos, acesso as fontes de matéria-prima e inserção dos *sítios arqueológicos* distribuídos na *paisagem*<sup>10</sup>. Um instrumento

<sup>9</sup> A interação entre *entes* e épocas tão distintas, talvez possa ser melhor percebida através do incremento da contribuição de uma abordagem *perspectivista* de cultura para a Arqueologia “(...) o conceito de *perspectivismo ameríndio* para refigurar um complexo de ideias e práticas cujo potencial de perturbação intelectual ainda não havia sido devidamente apreciado (...)” (VIVEIROS DE CASTRO, E. 2015:33).

<sup>10</sup> A abordagem teórico-metodológica da *Arqueologia da paisagem* teve grande avanço principalmente através das pesquisas sobre rotas migratórias de grupos humanos nos estudos sobre as origens e términos de difusões e migrações das culturas do passado (Trigger, 2004).

importante na pesquisa arqueológica para entender esse processo de ocupação dos grupos humanos, notadamente em uma *paisagem cultural* complexa como a do Vale do Ribeira e fundamental nos estudos sobre *sambaquis* e *sítios conchíferos*, principalmente na localização desses tipos de sítios arqueológicos. A compreensão da dinâmica desse processo histórico permitiu a localização dos sítios arqueológicos dos *grupos coletores-pescadores* através do estudo de sua *inserção na paisagem*, evidenciando um tipo específico de *padrão de assentamento*. Tal metodologia expõe aos pesquisadores o *palco* no qual se processaram as atividades humanas, ampliando nossa visão acerca dos sítios arqueológicos como partes de um complexo *sistema sócio-cultural*, deixando o sítio arqueológico de ser apenas o local onde estão depositados os restos materiais de uma antiga cultura, para tornar-se parte de uma *paisagem cultural*, juntamente com outros sítios arqueológicos que partilharam o mesmo meio-ambiente.

A partir das pesquisas existentes acerca dos *paleo-níveis marinhos*, foi possível reconstituir a dinâmica que a linha costeira sofreu no início do processo de ocupação do baixo-vale do Ribeira, identificando um padrão no qual os sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis* estavam assentados, em sua maioria no entorno e sopé dos inúmeros morros da região<sup>11</sup>, em cotas altimétricas distintas, sempre acompanhando as flutuações no nível médio pretérito do mar.

Parte de um grande projeto de pesquisa arqueológica de quase três décadas, num primeiro momento da pesquisa, na *área-piloto* (a “ilha de Iguape”), foram identificados 14 sítios arqueológicos utilizando tal metodologia, dos quais quatro foram datados através do método C14: *Sítio conchífero sob abrigo Caverna do Ódio* (1940 anos AP +/- 60 no topo, 1500 anos AP +/- 110 a 0,2m e 1380 anos AP +/- 100 a 0,3m (S2) e 1380 anos AP +/- 90 a 0,6m e 1200 anos AP +/- 60 a 0,3m (S3), *Sítio conchífero do Bocava* (1640 anos AP +/- 60), *Sambaqui do Prefeito* (5460 anos AP entre 1,35 – 1,45m e 5820 anos AP entre 2,10 – 2,20m) e *Sambaqui do Rocio* (4200 anos +/- 90 AP) (BONETTI, C., 1997).

Num segundo momento, a pesquisa ampliou a área de trabalho inicial, num corte sentido litoral – interior, a fim de verificar a influência que teve a variação do nível pretérito do mar durante o Holoceno no processo de ocupação do baixo vale do Ribeira, continuando o processo de identificação, localização e mapeamento dos sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis*. Nessa ocasião foram cadastrados mais 23 sítios, entre *sambaquis* e *sítios conchíferos*, dos quais quatro foram datados: *Sambaqui do Morro Grande* (5190 +/- 70 anos AP para o topo e 4930 +/- 70 anos AP para a base), *Sambaqui Capuava do Momuna* (5390 +/- 80 anos AP para o topo) e *Sambaqui do Coveiro 01* (5790 anos AP +/-70 para o topo) e *Sambaqui do Coveiro 02*

<sup>11</sup> Antigas ilhas de um imenso *mar raso* (Ab'SABER, A., 1955) que era o baixo-vale do Ribeira de Iguape no início do processo de ocupação dos grupo *coletores-pescadores*.

(3510 anos AP +/-70 para o topo e 3470 anos AP +/- 70 para a base) (BONETTI, C., 2014)12.

Nessa oportunidade, também foi elaborada duas cartas em de escala 1:50.000, nas quais procurou-se retratar as prováveis *paleo-configurações* para o baixo vale no momento de maior amplitude do nível médio do mar. Nesses mapas, temos evidenciado uma visão aproximada do *paleo-ambiente* há 5.100 anos AP, um imenso mar raso, pontilhado por ilhas que se estendiam até os contrafortes da Serra do Mar e outra carta na mesma escala localizando os sítios arqueológicos cadastrados nos dois momentos da pesquisa, no qual também consta os sambaquis identificados por Ricardo Krone em 1908 obtida através da reelaboração do mapa apresentado por esse autor. Também foi reconstituído outro mapa mais antigo elaborado por Alberto Löfgren (1893) na mesma escala, visando verificar quais destes sítios são coincidentes.

Desde o início de nossas pesquisas, uma questão sempre nos acompanhou e permanece ainda sem resposta: a real quantidade de sítios arqueológicos *conchíferos* e de *sambaquis* existentes na região, com a determinação de suas

localizações, cotas altimétricas em que estão assentados, como estão inseridos na *paisagem*, composição e, se possível a datação desses *bens culturais*, com ao menos duas para cada sítio arqueológico, uma no topo e outra na base, a fim de estimarmos o momento do início da ocupação e a data de seu término. Essa questão ainda está em aberto, na parte mais elementar que é a do *inventário* desses sítios arqueológicos, cadastramento e mapeamento. Assim como não há *preservação patrimonial* sem a participação da *comunidade local* como foi discutido na primeira parte desse artigo, também não há preservação sobre o que não se conhece a existência.

A fim de sistematizar as informações das diversas pesquisas na região que mencionam a localização, mesmo que muitas vezes de maneira imprecisa, desses *bens culturais*, desde as primeiras referências a esses *monumentais acúmulos de conchas* espalhados ao longo do litoral de São Paulo feitas pelos cronistas e viajantes do séc. XVI, como Manoel da Nóbrega, Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Jean de Léry e Hans Staden, do séc. XVIII como Frei Gaspar da Madre de Deus e do início do séc. XIX como

<sup>12</sup> “Trabalhos como os de Martin, Suguio e Flexor (1984) e Martin, Mörner, Flexor e Suguio (1982) sobre as planícies costeiras do Estado de São Paulo, fornecem parâmetros sobre as flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário, apontando inclusive, através das datações de conchas situadas no interior da planície de Cananéia – Iguape, que os sambaquis desta região foram erguidos durante a época de maior nível do mar, há aproximadamente 5000 anos AP. As curvas propostas pelos autores (Suguio e Martin, 1978), indicam que o nível relativo do mar situava-se em torno de 3,5m acima do nível atual há 5.100 anos BP, um pouco abaixo do nível atual há 3.800 anos AP e cerca de 3m acima do nível médio atual há 3.500 anos AP. A partir desta data, seus estudos demonstram uma descida suave, atingindo 0,5m acima do atual há 1.800 anos AP, até atingir o nível médio atual. Entretanto, há discordância entre os autores. Através do estudo de vermetídeos fósseis, Angulo & Lessa (1996 e 1997), demonstram um padrão diferente daquele proposto por Martin et al. (1984) para os intervalos de 4.100 – 3.800 e 3.000 – 2.700 anos AP, mas concordam com a existência de um nível máximo há 5.100 anos AP, dado fundamental para o desenvolvimento de nosso atual trabalho.” (BONETTI, 2004, p.5).

Auguste de Saint-Hilaire e Augusto Emílio Zaluar (BONETTI, C., 2014), passando pelas pesquisas dos primeiros cientistas como KRONE, R. (op.cit) e LOËFGREN, A. (op. cit), por pesquisas e cadastramentos contemporâneos como de UCHÔA, D. P. (1978/79/80) em Cananéia – Iguape (cujos sambaquis cadastrados nessa ocasião situam-se numa faixa que varia entre 5070 e 3100 anos AP), pelo trabalho de arqueólogos amadores como SAKAI, K. (1981) que também cadastraram e mapearam sítios arqueológicos dessa natureza na região e finalmente as pesquisas das décadas de 90 e da primeira década dos anos 2000 citadas acima, entre outras, foi elaborado um *catálogo* (BONETTI, C., 2015) dos sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis*, não apenas da região do baixo-vale do Ribeira, mas para todo o litoral paulista, apresentando a sistematização dos dados obtidos através de revisão bibliográfica e estruturado em duas grandes partes: a primeira com um *quadro descritivo* contendo um inventário com a catalogação e síntese das informações existentes para cada sítio arqueológico e uma *carta conceitual* com as respectivas localizações e acesso às informações sintetizadas.

A intenção do *quadro descritivo* foi a de apresentar um *inventário* dos sítios arqueológicos existentes e que foram possíveis de serem localizados com as referências informadas nas fontes consultadas, contando também com uma síntese das principais informações disponíveis de cada sítio arqueológico, agremiadas em tópicos tipológicos: *nome do sítio arqueológico* (respeitada a nomenclatura utilizada

pelos pesquisadores no momento do registro do *bem cultural material*, mesmo que um mesmo sítio arqueológico possua nomes diferentes por ter sido estudado por pesquisadores diferentes e em diferentes momentos, nesses casos, mantivemos todos os nomes que aparecem), *localização, coordenadas geográficas, coordenadas em UTM, datação, dimensões, cota altimétrica e morfologia, trabalhos realizados e cultura material, composição e estratigrafia* e os *nomes dos pesquisadores*. Já a segunda parte, o *mapeamento dos sítios arqueológicos*, foi feito através da elaboração de uma “*carta conceitual*”, contendo um mapa virtual, disponível em endereço eletrônico na base de dados do “*Google Maps*”, sobre o qual consta, além da localização, a síntese de informações do *quadro descritivo*. A ideia é de uma *carta aberta*, que permita correções e acréscimo de novas informações a partir da continuidade das pesquisas. Essa primeira etapa do catálogo não contemplou imagens e os *sambaquis fluviais*.

Até o momento, o *quadro descritivo* conta com 431 (quatrocentos e trinta e um) *sítios conchíferos* e *sambaquis* cadastrados e nomeados pelos seus respectivos pesquisadores, além da menção da existência de mais, aproximadamente, 180 (cento e oitenta) outros sítios arqueológicos, o que demonstra o imenso montante de sítios arqueológicos dessa natureza no litoral paulista. Já na *carta conceitual*, disponibilizada através de um *link* de acesso, consta a localização e a tabela de informações para cada sítio arqueológico, com 180 (cento e oitenta) sítios arqueológicos

plotados pois, infelizmente, a grande maioria dos sambaquis mencionados na bibliografia não possui coordenadas. Desses sítios arqueológicos inventariados, 133 (cento e trinta e três) estão datados sendo que a maioria deles se encontra no primeiro trecho do litoral paulista, entre Cananéia e Iguape, com 93 (noventa e três) sambaquis, os outros dois trechos, Peruíbe – Guarujá e Bertiooga – Ubatuba possuem 20 (vinte) datações cada.

A *carta conceitual* proporciona uma *macro-visão* das três regiões que compõe o litoral paulista e permite visualizar a disposição desses sítios arqueológicos na paisagem em função da cota altimétrica em que estão assentados, refletindo o comportamento das variações do nível médio do mar ao longo do tempo, contribuindo assim para uma melhor compreensão do processo de ocupação dos grupos *coletores-pescadores*, destacando as áreas de maior e menor incidência de sítios arqueológicos. Até o momento das pesquisas, a área que concentra o maior número de sítios arqueológicos *conchíferos* e *sambaquis* é a do litoral sul do Estado.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a *arqueologia da paisagem* e a reconstituição do *paleo-ambiente* são excelentes ferramentas para o estudo sobre os *grupos coletores-pescadores* e que a preservação desse *patrimônio cultural arqueológico* passa pelo conhecimento do número de *sítios conchíferos* e de *sambaquis* existentes na região. Por sua vez, essas pesquisas

podem contribuir também para a *preservação da paisagem cultural* do Vale do Ribeira de Iguape, na medida em que ajudam a reforçar a importância da região enquanto *patrimônio cultural arqueológico*. Não há *preservação patrimonial* sem a participação da *comunidade local* assim como não existe *salvaguarda de bens culturais* que não se conhece. A continuação das *pesquisas arqueológicas* e a persistência das *ações museológicas* na região só tem a acrescentar à *conservação* dessa complexa *paisagem cultural* do vale do Ribeira.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'SABER, A. N., 1955. *Contribuição ao estudo do paulista*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 17, p.3-16.

BONETTI, C., 1997. *Análise do Padrão de Assentamento dos Grupos Coletores-Pescadores do Baixo Vale do Ribeira de Iguape: levantamento dos Sítios Arqueológicos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. 2004. *Análise dos Grupos Coletores-Pescadores do Baixo Vale do Ribeira de Iguape através da reconstituição da paleo-linha costeira: uma Arqueologia da Paisagem Litorânea*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O sambaqui na visão dos Cronistas*. Revista Coletânea – Revista de Filosofia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Ano XIII – Fascículo 26, Julho/Dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. 2015. Catálogo dos sambaquis do litoral do estado de São Paulo. *Fase 1: inventário, catalogação e mapeamento dos sítios arqueológicos*. Relatório de pesquisa (Pós-doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM (Florença Florença 20.X.2000). Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue\\_convencao\\_eu\\_paisagem.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_convencao_eu_paisagem.pdf). Acesso em 29/07/2020.

FAGUNDES, M. *O conceito de paisagem em Arqueologia – os lugares persistentes*. HOLOS Environment, v. 9, n° 2, 2009 – P 301. ISSN: 1519-8634 (on line). Disponível em:  
<file:///C:/Users/charles/Downloads/1310-18205-1-PB.pdf>. Acesso em 28/07/2020.

GUARNIERI, W. R., 1989. *Museu, Museologia e Formação*. Revista de Museologia. São Paulo, Instituto de Museologia de São Paulo/FESP, 1989. V.1 – n. 1.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Uma casa para preservar o patrimônio do Vale do Ribeira*. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2458>. Acesso: 20/07/2020.

\_\_\_\_\_. *Casas do Patrimônio*. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso: 20/07/2020.

KRONE, R., 1908 – *Exploração ao rio Ribeira de Iguape. Informações etnográficas do Vale do Rio Ribeira de Iguape*. Bol. Comis. Geog. São Paulo, São Paulo.

LOFGREN, A., 1893. *Sambaquis de São Paulo*. São Paulo: Typ. a Vapor de Vanorden.

MARTIN, L., SUGUIO, K. & FLEXOR, J. M., 1984 – *Informações adicionais fornecidas pelos sambaquis na reconstrução de paleolínhas de praias quaternárias: exemplos da costa do Brasil*. Revista de Pré – Hist., São Paulo, 6:128-147.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. *A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP*. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

SAKAI, K., 1981. *Notas arqueológicas do Estado de São Paulo, Brasil*. Instituto Paulista de Arqueologia. São Paulo: Ed. Nippon'Art.  
SCATAMACCHIA, M. C. M., CERAVOLO, S., e DEMARTINI, C., M., C., 1992. A “Caverna do Ódio”: um exemplo de utilização social do sítio arqueológico. Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, S.Paulo, 2:115-121, 1992.

SCIFONI, S., 2016. *Paisagem cultural*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SÃO PAULO, 1990. *Macrozoneamento do complexo estuarino – lagunar de Iguape Cananéia: Plano de gerenciamento costeiro*. São Paulo, SMA.

SUGUIO, K. & MARTIN, L., 1976 – *Mecanismos de gênese das planícies sedimentares quaternárias do litoral do Estado de São Paulo*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA, 29. Belo Horizonte. Resumos, p.17.

TRIGGER, B., G., 2004. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus.

UCHÔA, D. P.. (1978/79/80). *Sinopse do “Arcaico” do litoral de São Paulo*. In: SCMITZ, P.L.; BARBOSA, A .S.; RIBEIRO, M. B. (Eds). *Temas de Arqueologia Brasileira 3. Anuário de Divulgação Científica 7: 15 – 32*. Instituto Goiânio de Pré – história e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia”.

UNESCO. *CARTA DE NAIROBI 1976 - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 19ª SESSÃO - NAIROBI, 1976*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em 29/07/2020.

VIVEIROS DE CASTRO, E., 2015. *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.